

Demonstrações Financeiras

Havan S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
com relatório do auditor
independente

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Comentário de desempenho	1
1) Mensagem da diretoria.....	1
2) Valores corporativos.....	2
3) Desempenho operacional.....	2
4) Desempenho financeiro	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	5
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Demonstrações do valor adicionado	17
1. Contexto operacional	18
2. Políticas contábeis materiais	19
2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras	19
2.2. Conversão de moeda estrangeira.....	20
2.3. Reconhecimento de receita	20
2.4. Tributos	21
2.5. Instrumentos financeiros.....	24
2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	28
2.7. Caixa e equivalentes de caixa	28
2.8. Aplicações financeiras	28
2.9. Estoques	28
2.10. Contas a receber	29
2.11. Imobilizado	29
2.12. Ativos intangíveis.....	29
2.13. Provisões.....	30
2.14. Arrendamentos	30
2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.....	32
2.16. Mensuração do valor justo.....	33

HAVAN S.A.

2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).....	34
2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA).....	34
2.19. Segmento operacional.....	34
2.20. Benefícios a empregados e administradores.....	35
2.21. Subvenções governamentais.....	35
2.22. Distribuição de lucros.....	35
2.23. Custo das debêntures.....	35
2.24. Eventos após o período de relatório.....	36
2.25. Reforma tributária.....	36
2.26. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.....	36
2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	38
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	42
3.1. Julgamentos.....	42
3.2. Estimativas e premissas.....	43
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	45
5. Aplicações financeiras.....	45
6. Contas a receber de clientes.....	46
7. Estoques.....	48
8. Impostos a recuperar.....	48
9. Imobilizado.....	49
10. Partes relacionadas.....	51
11. Debêntures.....	55
12. Fornecedores.....	57
13. Obrigações tributárias.....	58
14. Imposto de renda e contribuição social.....	59
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	59
b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado.....	59
15. Arrendamentos.....	60
a) Direito de uso de arrendamentos.....	60
b) Passivo de arrendamentos.....	61
b) Passivo de arrendamentos--Continuação.....	63
16. Outros passivos.....	63
17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	64
18. Patrimônio líquido.....	66
a) Capital social.....	66
b) Dividendos e destinação de lucros.....	66

HAVAN S.A.

c)	Reserva legal	66
d)	Reserva de incentivos fiscais	66
e)	Lucro por ação	67
19.	Instrumentos financeiros	67
a)	Risco de crédito	68
b)	Risco de liquidez	69
c)	Risco de mercado	69
d)	Gerenciamento de capital.....	70
e)	Risco de taxa de juros	71
20.	Receita operacional líquida	72
21.	Gastos por natureza	72
22.	Resultado financeiro.....	73
23.	Outras receitas (despesas) operacionais	74
24.	Transações que não afetaram o caixa.....	74
25.	Cobertura de seguros.....	74

Comentário de desempenho

1) Mensagem da diretoria

"O poder da comemoração é muito maior que o poder da cobrança para o engajamento de nossas pessoas." Luciano Hang

Na nossa cultura temos desenhadas algumas palavras que nos trouxeram até onde chegamos. Não à toa, a base dela é "Lucro" e "Alegria". Na Havan, sempre falamos que somente conseguimos trazer a "Alegria" para nossas pessoas, porque jamais esquecemos o "Lucro", porém, nunca buscamos o lucro a qualquer custo, pois se assim o fosse poderíamos destruir a "Alegria".

Trazendo o "Lucro" e a "Alegria" em conjunto, conseguimos alcançar a frase acima de nosso fundador, Luciano Hang, comemorando com nossas pessoas o resultado que trazemos. E esse ano de 2025 temos muito o que comemorar. Foram 7 megalojas inauguradas, tivemos um faturamento e fluxo de clientes recordes, e, como já falamos, o maior "Lucro" de nossa história. E se tivéssemos um "alegrômetro", com certeza, teríamos batido outro recorde, podemos ver isso em nossos colaboradores, na distribuição e nosso PPR, em nossos fornecedores, que tiveram um ano excelente conosco e com nossos clientes, tanto clientes novos, quanto nossos fiéis e engajados clientes.

Alcançamos marca de R\$ 18.340.310 de receita operacional bruta, crescimento de 16% em relação ao ano anterior. Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 13.693.224, versus R\$ 11.697.862 do ano de 2024, um crescimento e 17,2%. Nossa margem bruta ficou em 39,7%, uma ligeira queda em relação ao ano anterior.

Alcançamos a impressionante marca de R\$ 3.000.020 de EBITDA contra R\$ 2.780.958 do ano anterior. Gerando uma margem líquida de 10,9%, contra 10,8% do ano anterior, entregamos um lucro líquido no montante de R\$ 1.486.059, simplesmente o maior resultado de nossa história de empresa em termos de valor absoluto.

Alcançamos a impressionante marca de 85,3% de ROIC contra 59,8% do ano anterior. Vale também ressaltar que o ano de 2025 quitamos todas as nossas operações com bancos, reduzindo o capital de terceiros, restando ainda um valor de um CRI que se encerra no ano de 2027.

Acreditamos que estamos preparados para esse ano que inicia, estamos confiantes que o ano de 2026 será um ano que ficará marcado em nossa história, além de completarmos 40 anos, teremos algumas inaugurações de megalojas para celebrar e consolidar esse feito. Podemos falar já de nossa mais nova loja, inaugurada no último dia de janeiro, uma inauguração histórica em Goiânia, que bateu todos os nossos recordes de vendas e clientes presentes.

Aqui temos os nossos tradicionais agradecimentos às nossas pessoas. Aos nossos colaboradores, muito obrigado pelo ano de 2025, aos nossos fornecedores, nosso muito obrigado por esse ano magnífico e aos nossos clientes, muito obrigado por esse ano extraordinário. Obrigado, obrigado, obrigado.

Brusque, 13 de fevereiro de 2026.

A DIRETORIA

HAVAN S.A.

2) Valores corporativos

A Havan tem como posicionamento estratégico oferecer soluções diferenciadas, fundamentado em escala operacional, marketing agressivo, utilizando marcas próprias e líderes de mercado, bem como oportunizar crescimento profissional.

PROPÓSITO

**PROMOVER O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL**

NEGÓCIO

PROPORCIONAR PRAZER EM COMPRAR

MISSÃO

SURPREENDER E ENCANTAR A TODOS

VISÃO

SER A MELHOR LOJA DO BRASIL

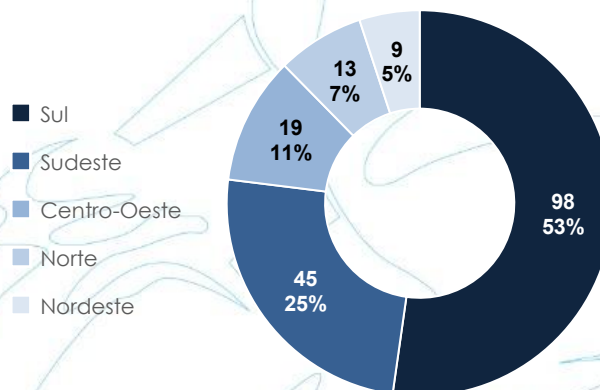
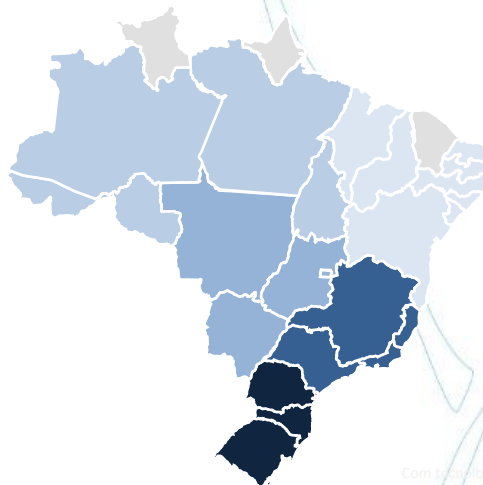
VALORES

**ÉTICA, ATITUDE, SIMPATIA, HUMILDADE
E COMPROMETIMENTO**

3) Desempenho operacional

A Havan possui 184 megalojas físicas e 1 e-commerce em operação no Brasil, totalizando 923,3 mil m² de área de vendas disponíveis, com uma média de área de vendas por megaloja de 5.021 m².

As megalojas estão distribuídas em todas as regiões do Brasil, localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal, conforme mapas abaixo:



HAVAN S.A.

4) Desempenho financeiro

A Companhia apresenta seus resultados do quarto trimestre de 2025 (4T25) exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (12M25), assim como os saldos comparativos para o mesmo período do ano de 2024.

Resultado (R\$ milhares)	4T25	A.V.	4T24	A.V.	Var.
Receita bruta	5.717.215	133,2%	4.915.346	133,7%	16,3%
Impostos e cancelamentos	(1.425.586)	-33,2%	(1.239.414)	-33,7%	15,0%
Receita operacional líquida	4.291.629	100,0%	3.675.932	100,0%	16,7%
Custo de mercadorias vendidas	(2.621.637)	-61,1%	(2.074.128)	-56,4%	26,4%
Lucro bruto	1.669.992	38,9%	1.601.804	43,6%	4,3%
<i>Margem bruta</i>	38,9%		43,6%		-4,7 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(54.908)	-1,3%	(130.127)	-3,5%	-57,8%
Despesas com vendas	(710.920)	-16,6%	(546.806)	-14,9%	30,0%
Outras receitas operacionais	(102)	0,0%	(1.936)	-0,1%	-94,7%
Lucro operacional (EBIT)	904.062	21,1%	922.935	25,1%	-2,0%
(+) Depreciações e amortizações	101.319	2,4%	94.891	2,6%	6,8%
EBITDA	1.005.381	23,4%	1.017.826	27,7%	-1,2%
<i>Margem EBITDA</i>	23,4%		27,7%		-4,3 p.p.
Resultado financeiro	(183.225)	-4,3%	(187.878)	-5,1%	-2,5%
Lucro antes dos impostos	720.837	16,8%	735.057	20,0%	-1,9%
Imposto de renda e contribuição social	(49.115)	-1,1%	(224.158)	-6,1%	-78,1%
Lucro líquido	671.722	15,7%	510.899	13,9%	31,5%
<i>Margem líquida</i>	15,7%		13,9%		1,8 p.p.

Resultado (R\$ milhares)	12M25	A.V.	12M24	A.V.	Var.
Receita bruta	18.340.310	133,9%	15.795.356	135,0%	16,1%
Impostos e cancelamentos	(4.647.086)	-33,9%	(4.097.494)	-35,0%	13,4%
Receita operacional líquida	13.693.224	100,0%	11.697.862	100,0%	17,1%
Custo de mercadorias vendidas	(8.259.786)	-60,3%	(6.845.022)	-58,5%	20,7%
Lucro bruto	5.433.438	39,7%	4.852.840	41,5%	12,0%
<i>Margem bruta</i>	39,7%		41,5%		-1,8 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(269.118)	-2,0%	(315.868)	-2,7%	-14,8%
Despesas com vendas	(2.570.791)	-18,8%	(2.123.707)	-18,2%	21,1%
Outras receitas operacionais	10.747	0,1%	(3.158)	0,0%	-440,3%
Lucro operacional (EBIT)	2.604.276	19,0%	2.410.107	20,6%	8,1%
(+) Depreciações e amortizações	395.744	2,9%	370.851	3,2%	6,7%
EBITDA	3.000.020	21,9%	2.780.958	23,8%	7,9%
<i>Margem EBITDA</i>	21,9%		23,8%		-1,9 p.p.
Resultado financeiro	(811.860)	-5,9%	(689.384)	-5,9%	17,8%
Lucro antes dos impostos	1.792.416	13,1%	1.720.723	14,7%	4,2%
Imposto de renda e contribuição social	(306.357)	-2,2%	(459.239)	-3,9%	-33,3%
Lucro líquido	1.486.059	10,9%	1.261.484	10,8%	17,8%
<i>Margem líquida</i>	10,9%		10,8%		0,1 p.p.

(R\$ milhares)	31/12/2025	31/12/2024
Quantidade total de lojas físicas	184	177
Receita bruta	18.340.310	15.795.356
Receita líquida	13.693.224	11.697.862
Lucro bruto	5.433.438	4.852.840
Margem bruta %	39,7%	41,5%
EBIT	2.604.276	2.410.107
Margem EBIT %	19,0%	20,6%
EBITDA	3.000.020	2.780.958
Margem EBITDA %	21,9%	23,8%
Lucro líquido	1.486.059	1.261.484
Margem líquida %	10,9%	10,8%
(+/-) Despesas financeiras FIDC	789.595	753.978
(+/-) Impacto Fiscal – Soma dos ajustes acima aplicado a alíquota de 34%	(268.462)	(256.353)
Lucro líquido ajustado	2.007.192	1.524.215
Margem lucro líquido ajustado %	14,7%	13,0%
NOPAT ajustado	1.718.822	1.193.232
Capital de giro (Estoques + Contas a receber - Fornecedores)	520.787	541.196
Imobilizado e intangível	1.493.558	1.453.028
Capital total investido	2.014.345	1.994.224
ROIC	85,3%	59,8%
Dívida bruta	546.192	869.549
Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras e Instrumentos financeiros	1.126.318	1.479.515
Dívida líquida	(580.126)	(609.966)
Total do patrimônio líquido	926.051	953.556
Dívida líquida e patrimônio líquido	345.925	343.590
Quociente de alavancagem	(167,7%)	(177,5%)



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Havan S.A.
Brusque (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Havan S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de vendas

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas dentro de seus períodos de competência. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 2.3 e 20.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia e testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para confirmação do corte do reconhecimento de receita, testes documentais para verificação das vendas realizadas e recebimentos financeiros, bem como, testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas e testes específicos nos critérios de cálculo dos ajustes a valor presente, com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de vendas, não identificamos ajustes de auditoria. Esse resultado está consistente com a avaliação da diretoria, assim, consideramos que as práticas contábeis, registros contábeis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 20, adotados pela diretoria, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeira não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC SC-027535/O

HAVAN S.A.

Balanços patrimoniais

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	59.164	371.209
Aplicações financeiras	5	1.067.154	1.108.306
Contas a receber de clientes	6	1.907.838	1.621.001
Estoques	7	1.807.333	1.623.073
Impostos a recuperar	8	284.302	24.072
Adiantamentos a colaboradores		3.518	2.442
Outros ativos		95.002	77.232
Total do ativo circulante		5.224.311	4.827.335
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	12.121	13.695
Impostos a recuperar	8	47.467	34.709
Depósitos judiciais	17	15.493	12.343
Tributos diferidos	14.a	165.369	145.543
Partes relacionadas	10	46.706	4.695
Imobilizado	9	1.464.578	1.417.376
Direito de uso de arrendamento	15	2.360.770	2.168.782
Intangível		28.980	35.652
Total do ativo não circulante		4.141.484	3.832.795
Total do ativo		9.365.795	8.660.130

HAVAN S.A.

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	3.206.505	2.716.573
Debêntures	11	1.006	324.363
Obrigações sociais e trabalhistas		267.499	232.785
Obrigações tributárias	13	603.513	553.928
Dividendos a pagar		18.308	-
Partes relacionadas	10	152.636	130.862
Passivo de arrendamentos	15	223.623	223.048
Outros passivos	16	176.245	94.493
Total do passivo circulante		4.649.335	4.276.052
Passivo não circulante			
Debêntures	11	545.186	545.186
Obrigações tributárias	13	103.805	156.401
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	304.024	365.335
Passivo de arrendamentos	15	2.611.720	2.363.600
Outros passivos	16	225.674	-
Total do passivo não circulante		3.790.409	3.430.522
Patrimônio líquido	18		
Capital social		700.000	700.000
Reserva legal		140.000	140.000
Reserva de incentivos fiscais		86.051	63.150
Lucros acumulados		-	50.406
Total do patrimônio líquido		926.051	953.556
Total do passivo e patrimônio líquido		9.365.795	8.660.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAVAN S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	20	13.693.224	11.697.862
Custo de mercadorias vendidas	21	(8.259.786)	(6.845.022)
Lucro bruto		5.433.438	4.852.840
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(269.118)	(315.868)
Despesas com vendas	21	(2.570.791)	(2.123.707)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	10.747	(3.158)
		(2.829.162)	(2.442.733)
Resultado antes do resultado financeiro		2.604.276	2.410.107
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		672.730	802.952
Despesas financeiras		(1.479.518)	(1.504.155)
Variação cambial		(5.072)	11.819
		(811.860)	(689.384)
Lucro antes dos impostos		1.792.416	1.720.723
Imposto de renda e contribuição social	14.b		
IRPJ e CSLL correntes		(326.182)	(399.681)
IRPJ e CSLL diferidos		19.825	(59.558)
Lucro líquido do exercício		1.486.059	1.261.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAVAN S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	1.486.059	1.261.484
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>1.486.059</u>	<u>1.261.484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAVAN S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	700.000	90.023	17.079	142.466	949.568
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.261.484	1.261.484
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.257.496)	(1.257.496)
Constituição de reserva legal	-	49.977	-	(49.977)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	46.071	(46.071)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	700.000	140.000	63.150	50.406	953.556
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.486.059	1.486.059
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.513.564)	(1.513.564)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	22.901	(22.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	700.000	140.000	86.051	-	926.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAVAN S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.792.416	1.720.723
Depreciações	126.600	123.407
Amortização de direito de uso	256.693	243.762
Amortizações	12.451	3.682
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	108.211	135.212
Encargos sobre arrendamentos a pagar	278.533	262.828
Baixa de ativo imobilizado	-	5.426
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	44.304	150.311
Provisão de estoques	19.260	3.162
Juros sobre parcelamentos tributários	25.842	116.914
Provisão/Estorno de contingências	(61.311)	(265.555)
Redução (aumento) em:		
Contas a receber de clientes	(329.567)	(162.998)
Estoques	(203.520)	(367.262)
Impostos a recuperar	(272.988)	(1.794)
Partes relacionadas	(42.011)	(4.695)
Outros ativos	(21.996)	(65.190)
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	489.932	300.929
Obrigações sociais e trabalhistas	34.714	29.812
Obrigações tributárias	123.756	(67.846)
Partes relacionadas	21.774	130.860
Outros passivos	307.426	(19.258)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(478.792)	(340.583)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2.231.727	1.931.847

HAVAN S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de ativo imobilizado	(173.802)	(139.919)
Adições de intangível	(5.779)	(8.813)
Aplicações financeiras	41.152	592.159
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(138.429)	443.427
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamentos de empréstimos (principal)	(316.805)	(366.661)
Juros pagos sobre empréstimos	(114.763)	(144.094)
Dividendos pagos	(1.495.256)	(1.261.104)
Contraprestação de arrendamento	(478.519)	(442.979)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.405.343)	(2.214.838)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(312.045)	160.436
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	371.209	210.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	59.164	371.209
Varição líquida no caixa e equivalentes de caixa	(312.045)	160.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAVAN S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(+) RECEITAS	17.676.768	15.088.257
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	17.469.772	14.990.875
Prestação de serviços	221.341	232.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.304)	(150.310)
Outras receitas	29.959	14.698
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui impostos)	(10.473.931)	(8.762.743)
Custos das vendas de mercadorias e dos serviços prestados	(9.169.499)	(7.644.100)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.285.172)	(1.115.481)
Perdas/Recuperação de valores ativos	(19.260)	(3.162)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	7.202.837	6.325.514
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(395.745)	(370.851)
Depreciação, amortização e exaustão	(395.745)	(370.851)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	6.807.092	5.954.663
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	677.185	815.799
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	677.185	815.799
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	7.484.277	6.770.462
(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.484.277	6.770.462
Pessoal	1.261.623	1.094.044
Remuneração direta	1.088.243	928.511
Benefícios	109.208	106.636
FGTS	64.172	58.897
Impostos, taxas e contribuições	3.203.665	2.898.597
Federais	1.228.260	1.248.743
Estaduais	1.949.108	1.629.735
Municipais	26.297	20.119
Remuneração de capitais de terceiros	1.532.929	1.516.337
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	1.489.044	1.505.183
Aluguéis	43.885	11.154
Remuneração de capitais próprios	1.486.060	1.261.484
Juros sobre capital próprio e lucros distribuídos	1.513.564	1.257.496
Lucros retidos (prejuízos do exercício)	(27.504)	3.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

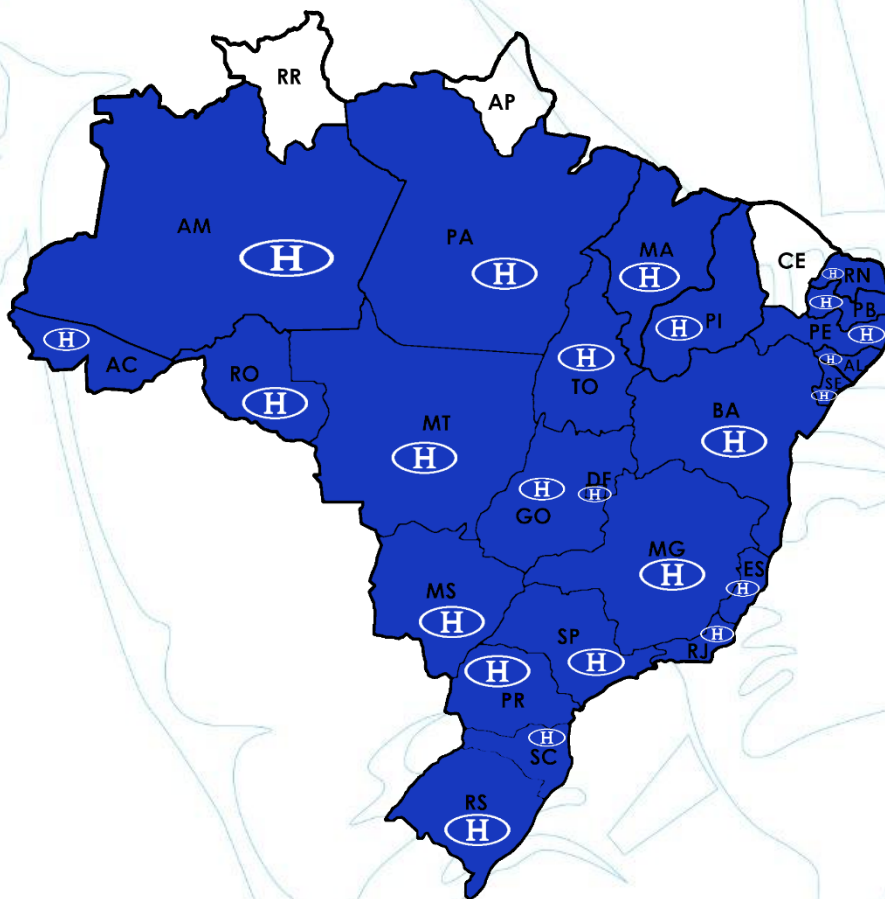
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Havan S.A. (“Havan” ou “Companhia”), com sede em Brusque (Rod. Antônio Heil, 200 - Centro 1, CEP 88353-100) - Estado de Santa Catarina, foi constituída em 26 de setembro de 1986. A Companhia atua na venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela Internet.

As operações são efetuadas através de 184 megalojas físicas e 1 e-commerce, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 inauguramos 7 megalojas (31 de dezembro de 2024 – 5 megalojas) a Havan está localizada em 23 estados e no Distrito Federal conforme mapa abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional, ou seja, na capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

(i) Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições; i) o controle sobre as mercadorias é transferido para o comprador; ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas; iii) os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

(ii) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos (de direito exclusivo da Companhia) fluirão para a Companhia e se seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

(iii) Receita de juros

As receitas de juros são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e se seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. As receitas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.4. Tributos

(i) *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas de forma redutora na mesma rubrica para a apresentação do efeito líquido, sempre que aplicável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e aplica o tratamento contábil e/ou divulgações julgadas adequadas para cada situação.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

(i) *Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

(ii) *Tributos diferidos*--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

(iii) *Tributos indiretos*

As receitas são reconhecidas líquidas dos tributos. As aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas também são reconhecidas líquidas dos impostos e seus respectivos incentivos fiscais. Quando as aquisições não originarão direito a crédito tributário, os tributos não recuperáveis são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa até seu limite de recuperabilidade. Após sua apuração as posições credoras ou devedoras serão apresentadas na forma de saldos a recuperar ou a pagar, no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária de cada estado variando de 4% a 18%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- ✓ Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado (“CA”);
- ✓ Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade
- ✓ Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”);

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

✓ Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Neste grupo estão incluídas as rubricas de contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas.

✓ Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Neste grupo estão incluídas as rubricas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros (*swap*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

(i) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA).

A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado.

✓ Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é necessário para as contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores. A contrapartida dos ajustes a valor presente é efetuada com contrapartida em rubricas de resultado, quando apropriado, observando a essência econômica e natureza de cada transação.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.8. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras são mantidas com instituições financeiras com o objetivo de auferir renda por um período determinado de até 12 meses. A Companhia considera uma aplicação financeira com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa que ficará aplicado por um prazo e rendimentos anteriormente determinados. A receita com a renda da aplicação financeira é reconhecida no resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia. As aplicações financeiras podem ser resgatas antes do prazo acordados, contudo, poderão sofrer alterações nos ganhos acordos inicialmente.

2.9. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são trimestralmente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas ajustado a valor presente quando aplicável, e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto terrenos e obras em andamento. Juros incorridos são capitalizados durante a fase de construção dos bens, para ativos elegíveis e quando aplicável. A depreciação é calculada e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e consequentemente as taxas de depreciação são revisadas anualmente ao final do exercício, sendo o efeito de quaisquer mudanças nestas estimativas tratados prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 2.15.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando: i) existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia passou a reconhecer, a partir de 01 de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se for provável que a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização ao final de cada período de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Mensuração do valor justo--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia registrados a valor justo na data dos balanços foram mensurados da seguinte forma:

- Nível 1: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras;

2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.19. Segmento operacional

A Companhia atua no varejo no Brasil e possui um único segmento operacional. Em função da concentração de suas atividades no segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela internet, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio, possuindo, portanto, um único segmento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.20. Benefícios a empregados e administradores

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício.

Participação dos colaboradores e administradores no resultado

Tanto os executivos como os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Não existem pagamentos baseados em cotas ou outra espécie de remuneração complementar aos executivos além da participação no resultado.

2.21. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Os benefícios de subvenções governamentais se referem a itens de despesa, e são reconhecidos como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. A Companhia destaca em uma rubrica do patrimônio líquido os ganhos obtidos por incentivos fiscais. A Companhia registra como subvenções governamentais os incentivos fiscais substancialmente de ICMS obtidos juntos aos órgãos competentes e legislações vigentes.

2.22. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo relativo à distribuição de lucros quando existe uma obrigação presente de distribuição na data base de apresentação das demonstrações financeiras, oriunda de previsões societárias ou quando estipuladas e autorizadas até a referida data.

2.23. Custo das debêntures

Custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos das debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos das debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.24. Eventos após o período de relatório

Se a Companhia receber informações antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do exercício do relatório, ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras. Caso julgue necessário, a Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas novas informações. Para eventos que não originam ajustes, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

2.25. Reforma tributária

A Companhia avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária do Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em e a partir de 31 de dezembro de 2025. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição para a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, foram analisados os possíveis reflexos nas estimativas contábeis relevantes, incluindo testes de recuperabilidade de ativos, mensurações a valor justo, realização de créditos tributários, reconhecimento de tributos diferidos e avaliação da continuidade operacional. Até a presente data, com base nas informações disponíveis e nas premissas adotadas, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras, permanecendo a Administração atenta à evolução normativa e aos efeitos econômicos decorrentes da implementação do novo regime tributário.

2.26. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.26. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- A receita de aluguel dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os julgamentos, abaixo descritos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do

arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Os períodos de renovação de arrendamentos com períodos não canceláveis mais longos não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(i) *Tributos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(ii) *Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas e premissas--Continuação

(iii) *Provisão para perdas nos estoques*

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(iv) *Provisão para realização dos estoques*

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também considera a relação de itens tidos como obsoletos.

(v) *Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(vi) *Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes*

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes é estimada com base no histórico de perdas identificadas e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização de contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos à vista	37.464	81.116
Aplicações financeiras	21.700	290.093
	<u>59.164</u>	<u>371.209</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas, entre 80,0% a 98,0% do CDI (31 de dezembro de 2024 - 77,0% a 95,0% do CDI).

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras	1.067.154	1.108.306
	<u>1.067.154</u>	<u>1.108.306</u>

A Companhia aplicou recursos em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, com prazos de até 1 ano, para obter uma remuneração superior as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, sendo remuneradas entre 95% a 103% do CDI (31 de dezembro de 2024 - 85% a 103% do CDI). As aplicações financeiras podem ser resgatas anteriormente ao seu vencimento, contudo com rendimentos inferiores ao previstos inicialmente.

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes estão assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes cartão Havan	1.049.193	1.302.526
Administradoras de cartões de crédito	1.386.809	943.097
Contas a receber	2.436.002	2.245.623
(-) Ajuste a valor presente	(86.400)	(44.951)
(-) Perdas de créditos esperadas	(429.643)	(565.976)
Total de contas a receber de clientes	1.919.959	1.634.696
Circulante	1.907.838	1.621.001
Não circulante	12.121	13.695

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, que considerou o risco atrelado ao recebível como sendo a taxa média de inadimplência adicionado ao CDI como indexador inflacionário. O prazo médio de recebimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 47 dias (31 de dezembro de 2024 – 53 dias).

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 12,88% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (11,64% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

O saldo com as administradoras de cartões de crédito corresponde aos recebíveis provenientes das vendas no curso normal dos negócios da Companhia, os quais vencem em parcelas de até 10 meses. Os saldos de recebíveis decorrentes do Cartão Havan são de operações de crediário (parcelamento direto Companhia e cliente), podendo ser parcelado em até 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A Administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(676.664)
Adições	(150.311)
Baixas	260.999
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(565.976)
Adições	(44.304)
Baixas	180.637
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(429.643)

O critério das perdas estimadas em crédito do Cartão Havan, tem como base o histórico de realização da carteira, levando em consideração a *performance* de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira. O percentual estimado, calculado com base histórica, que é de 0,24% (0,95% em 31 de dezembro de 2024) sobre as vendas. Este melhoramento resulta de novas políticas de créditos e adoções a programas de recuperação ao crédito. Em adição a esta análise a Companhia efetua a avaliação de *impairment* da carteira e realiza eventuais complementos da provisão.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer:		
A vencer acima de 360 dias	12.121	13.695
A vencer de 181 a 360 dias	406.514	250.378
A vencer de 91 a 180 dias	562.098	343.516
A vencer até 90 dias	1.086.765	1.063.255
Vencidos:		
Vencidos até 90 dias	47.657	66.639
Vencidos de 91 a 180 dias	39.914	62.035
Vencidos de 181 a 360 dias	80.085	134.830
Vencidos há mais de 360 dias	200.848	311.275
	<u>2.436.002</u>	<u>2.245.623</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

Os estoques da Companhia estão assim formados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mercadorias para revenda	1.884.497	1.673.506
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(28.831)	(21.360)
(-) Provisão para perdas de estoques	(48.333)	(29.073)
	<u>1.807.333</u>	<u>1.623.073</u>

A movimentação da provisão para perdas de estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(25.911)</u>
Adições	<u>(3.162)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(29.073)</u>
Adições	<u>(19.260)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(48.333)</u>

8. Impostos a recuperar

Registra-se nesta rubrica, montantes relativos a impostos passíveis de compensação e/ou restituição, oriundos das atividades da Companhia.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS a recuperar	4.656	3.190
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	46.998	46.903
PIS e COFINS a recuperar	55.082	8.622
IRPJ/CSLL a recuperar (a)	223.436	-
Outros	1.597	66
	<u>331.769</u>	<u>58.781</u>
Circulante	284.302	24.072
Não circulante	47.467	34.709

(a) A Companhia entrou com uma ação judicial em 2023 requerendo que operações ocorridas entre agosto de 2018 e dezembro de 2023 que possuíam diferimentos do ICMS no desembaraço aduaneiro e nas saídas subsequentes no estado de Santa Catarina, oriundos do benefício outorgado pelo estado no Tratamento Tributário Diferenciado 410, fossem excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. A Companhia teve seu trânsito em julgado no fim de 2025, reconhecendo o valor atualizado no montante de R\$ 223.436, sendo que o valor de R\$ R\$ 153.979 referente a IRPJ e CSLL e o montante de R\$ 69.457 a atualização pela Selic. A Companhia irá iniciar a compensação dos valores no próximo exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Taxa média anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Edificações e instalações	4%	383.922	(138.276)	245.646	198.535
Máquinas e equipamentos	10%	99.250	(55.694)	43.556	46.220
Móveis e utensílios	10%	385.795	(263.204)	122.591	128.605
Equipamentos de informática	20%	156.403	(104.148)	52.255	40.330
Veículos e aeronaves	20%	46.347	(11.592)	34.755	7.920
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 10%	1.349.511	(389.750)	959.761	983.673
Obras em andamento		6.014	-	6.014	12.093
		2.427.242	(962.664)	1.464.578	1.417.376

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Custo				
Edificações e instalações	319.331	58.512	6.079	383.922
Máquinas e equipamentos	96.591	2.659	-	99.250
Móveis e utensílios	358.938	26.857	-	385.795
Equipamentos de informática	130.971	25.432	-	156.403
Veículos	17.656	28.691	-	46.347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.317.860	31.651	-	1.349.511
Obras em andamento	12.093	-	(6.079)	6.014
	2.253.440	173.802	-	2.427.242
Depreciação				
Edificações e instalações	(120.796)	(17.480)	-	(138.276)
Máquinas e equipamentos	(50.371)	(5.323)	-	(55.694)
Móveis e utensílios	(230.333)	(32.871)	-	(263.204)
Equipamentos de informática	(90.641)	(13.507)	-	(104.148)
Veículos	(9.736)	(1.856)	-	(11.592)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(334.187)	(55.563)	-	(389.750)
	(836.064)	(126.600)	-	(962.664)
Total do imobilizado	1.417.376	47.202	-	1.464.578

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo				
Edificações e instalações	308.769	14.553	(3.991)	319.331
Máquinas e equipamentos	90.206	6.401	(16)	96.591
Móveis e utensílios	335.479	23.480	(21)	358.938
Equipamentos de informática	121.135	9.836	-	130.971
Veículos	17.135	521	-	17.656
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.235.826	83.454	(1.420)	1.317.860
Obras em andamento	10.419	1.674	-	12.093
	<u>2.118.969</u>	<u>139.919</u>	<u>(5.448)</u>	<u>2.253.440</u>
Depreciação				
Edificações e instalações	(105.786)	(15.010)	-	(120.796)
Máquinas e equipamentos	(45.599)	(4.782)	10	(50.371)
Móveis e utensílios	(195.282)	(35.063)	12	(230.333)
Equipamentos de informática	(76.716)	(13.925)	-	(90.641)
Veículos	(8.124)	(1.612)	-	(9.736)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(281.172)	(53.015)	-	(334.187)
	<u>(712.679)</u>	<u>(123.407)</u>	<u>22</u>	<u>(836.064)</u>
Total do imobilizado	<u>1.406.290</u>	<u>16.512</u>	<u>(5.426)</u>	<u>1.417.376</u>

A Companhia não possui imobilizados de sua propriedade dados em garantias a quaisquer empréstimos e financiamentos, ou, de processos seja na esfera administrativa ou judicial.

A Companhia revisou e não identificou mudanças em suas taxas de depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificadas perdas no retorno dos ativos da Companhia que pudessem requerer provisão para perda de recuperabilidade (*impairment*) de seus ativos imobilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

	<u>Categoria</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Adiantamento de obras (ativo não circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Adto. Obras	45.986	4.590
Brashop S.A.	Adto. Obras	-	15
Master S.A.	Adto. Obras	-	90
H3 Legacy FII		720	-
Total do ativo		46.706	4.695
		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Fornecedores (passivo circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Aluguel	16.586	13.483
Brashop S.A.	Aluguel	-	239
Master S.A.	Aluguel	-	1.939
Angicos Participações Ltda.	Aluguel	-	260
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Aluguel	-	1.871
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Aluguel	-	459
H3 Legacy FII	Aluguel	7.884	-
FIDC Fornecedor	Antec. Fornec.	818.785	820.340
		843.255	838.591
Passivo de arrendamentos (passivo circulante e não circulante)			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Arrendamentos	992.806	918.642
Brashop S.A.	Arrendamentos	-	19.325
Master S.A.	Arrendamentos	-	116.491
Angicos Participações Ltda.	Arrendamentos	-	32.593
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Arrendamentos	-	183.268
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Arrendamentos	-	42.866
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	Arrendamentos	40.166	40.312
Geradora de Energia São Maurício S.A.	Arrendamentos	15.519	15.575
Liberdade Geração de Energia Ltda.	Arrendamentos	6.281	-
H3 Legacy FII	Arrendamentos	618.898	-
		1.673.670	1.369.072
Mútuo (passivo não circulante)			
Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		152.636	130.862
		152.636	130.862
Total do passivo		2.669.561	2.338.525

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

Para as operações de aluguéis vide nota explicativa 12 e as operações de arrendamentos vide nota explicativa 15.b.

Transações que afetaram o resultado do exercício:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas de aluguel		
Despesa energia elétrica		
Havan Comercializadora de Energia Ltda.	(10.309)	(17.703)
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	-	(3.954)
Geradora de Energia São Maurício S.A.	-	(1.416)
Despesas de serviços de publicidade		
Despesas de amortização de direito de uso		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(126.717)	(119.179)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(1.258)	(1.191)
Master S.A.	(10.744)	(10.148)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(12.408)	(8.020)
Angicos Participações Ltda.	(1.158)	(1.115)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(1.816)	(1.730)
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	(3.751)	(916)
Geradora de Energia São Maurício S.A.	(1.449)	(354)
Liberdade Geração de Energia Ltda.	(319)	-
Despesas de juros sobre arrendamento		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(88.664)	(89.486)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(2.035)	(2.012)
Master S.A.	(17.591)	(17.168)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(27.371)	(18.473)
Angicos Participações Ltda.	(2.745)	(2.671)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(5.144)	(4.971)
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	(4.707)	(1.198)
Geradora de Energia São Maurício S.A.	(1.819)	(463)
Liberdade Geração de Energia Ltda.	(723)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

10.1. Termos e condições de transação com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia, o Sr. Luciano Hang.

A Companhia mantém contratos de aluguel de lojas comerciais com a Brashop S.A. Administradora de Shopping Center, Master S.A., Edmonton Comércio e Serviços Ltda., Angicos Participações Ltda. e com Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, os preços acordados são considerados a prática de mercado vigente.

As despesas de energia elétrica referem-se à compra de energia de companhias geradoras de energia elétrica (PCH) de propriedade dos acionistas ou nas quais os acionistas tenham participação societária. Os preços são estabelecidos em contratos e respeitam as diretrizes dos órgãos reguladores. A Companhia é autoprodutora de energia, através do aluguel das unidades geradoras de energia das empresas Geradora de Energia Rio Fortuna S.A., Geradora de Energia São Mauricio S.A. e Liberdade Geração de Energia Ltda., os quais o acionista possui participação.

A Companhia não possui cotas ou controle do FIDC - Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As despesas com as antecipações de recebíveis com a Havan Fundo de Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis pagos para o FIDC de acordo com as taxas pré-acordadas com entra as partes. Ao transferir o título a Companhia não possui mais direito ou obrigação sobre os recebíveis, sendo todos os riscos e benefícios transferidos para o FIDC, ainda, a Companhia não fornece garantias aos recebíveis.

10.2 Despesas com administradores

A Companhia é administrada por uma Diretoria, formada por 2 (dois) membros acionistas ou não, residentes no país. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, encargos sociais obrigatórios, totalizaram R\$ 2.998 (R\$ 1.941 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia concede aos seus administradores plano de assistência médica, mas a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

10.3 Obrigações da Companhia e seu acionista controlador como fiador em empréstimos de partes relacionadas

A Companhia e seu acionista controlador Sr. Luciano Hang, participam como fiadores de contratos de empréstimos de partes relacionadas. Especificamente para a parte relacionada Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, além do aval, os empréstimos possuem cláusulas compulsórias de *covenants* a serem cumpridos, que leva em consideração inclusive os números contábeis da Havan.

A Companhia participa como fiadora em debêntures das pequena central hidrelétrica (PCH) Rincão dos Albinos Energética S.A. e Rincão São Miguel Energética S.A., que são partes relacionadas através do seu acionista controlador Luciano Hang, a Companhia possui a intenção de compra de energia que será gerada pelas PCHs.

As demonstrações financeiras da Companhia são objeto de análise de indicadores de *covenants* da Guassupi Participações S.A., porém a Companhia não é fiadora da operação, apenas possui vínculo através do seu acionista controlador Sr. Luciano Hang.

A Companhia faz acompanhamento (*Cross-default*) da saúde financeira de suas partes relacionadas com objetivo de destacar possíveis passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as Companhias estavam adimplentes com as obrigações e com os indicadores de *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Debêntures</u>			
Itaú	100%CDI+2,25% a.a.	-	255.433
Santander	100%CDI+2,25% a.a.	-	68.930
Opea Securitizadora	100%CDI+1,5% a.a.	546.192	545.186
		546.192	869.549
Circulante		1.006	324.363
Não circulante		545.186	545.186

A Companhia liquidou as operações de debêntures que continham cláusulas restritivas de *covenants*. Porém, as demonstrações financeiras auditadas da Companhia são objeto de análise de cláusulas restritivas de *covenants* de uma operação de empresas que é parte relacionada conforme explicado no item 10.3. A Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas demonstrações financeiras auditadas os seguintes índices:

- A razão entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia está adimplente com essas cláusulas restritivas de *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures--Continuação

A seguir demonstramos os dados dos contratos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

<u>Debêntures</u>	<u>Data inicial</u>	<u>Data Final</u>	<u>Saldo circulante</u>	<u>Saldo não circulante</u>	<u>31/12/2025</u>
Opea Securitizadora	02/05/2022	23/04/2027	1.006	545.186	546.192
			1.006	545.186	546.192

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.245.092
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	135.212
Pagamento de debêntures	(366.661)
Juros pagos	(144.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	869.549
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	108.211
Pagamento de debêntures	(316.805)
Juros pagos	(114.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	546.192

Cronograma de amortização das debêntures do não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Ano	31/12/2025
2027	545.186
	545.186

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	3.354.907	2.822.748
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(148.402)	(106.175)
	<u>3.206.505</u>	<u>2.716.573</u>

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi de 15,82% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Inicialmente o seu valor presente possui como contrapartida a conta de “Estoques”. Após o registro inicial, o registro da recomposição do ajuste a valor presente é registrado na rubrica “Despesas financeiras”. No saldo de fornecedores está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas no passivo circulante (Vide nota explicativa 10), em 31 de dezembro de 2025 e 2024 este saldo representava R\$ 24.470 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 18.251).

A Companhia efetua antecipações de pagamentos com seus fornecedores, realizando o pagamento com um deságio acordado entre as partes, considerando seu vencimento original e o valor, este procedimento é realizado diretamente com o fornecedor, sem intermediários ou operações de risco sacado com instituições financeiras. Os títulos antecipados somaram o montante de R\$ 11.999, os quais iriam vencer após 31 de dezembro de 2025 e 2024, porém o pagamento ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Alguns fornecedores da Companhia descontam suas duplicatas em certas instituições financeiras, com o objetivo de antecipar o recebimento. Os fornecedores são nomeados mandatários de cobrança junto as instituições financeiras, ou seja, a Companhia realiza o pagamento diretamente ao fornecedor na data de vencimento e nas condições do acordo comercial efetuado com o fornecedor. O Banco, por sua vez, efetua o registro da transação no SCR (“Sistema de Informações de Créditos”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”). Na avaliação da Companhia estes acordos não se configuram na operação de risco sacado. O montante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 49.520 (R\$ 39.390 em 31 de dezembro de 2024).

Os fornecedores da Havan realizam antecipações de duplicatas com o propósito de antecipar o recebimento com o Fundo de Investimento em Direito Creditórios Havan Fornecedores (FIDC Fornecedor), uma entidade relacionada com a Havan por meio de seu acionista. A Havan, por sua vez, liquida o valor integral diretamente ao FIDC Fornecedor na data de vencimento original da duplicata sem qualquer alteração nas condições originalmente negociadas com os respectivos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante em aberto a pagar ao FIDC Fornecedor é de R\$ 818.785 (Vide nota explicativa 10) (R\$ 820.340 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS a recolher	241.101	195.390
PIS e COFINS a recolher	102.325	75.731
IRRF a recolher	7.237	6.107
IRPJ e CSLL a pagar	192.780	217.060
PERT	97.499	129.132
Parcelamento impostos	184	4.884
Auto regularização (a)	55.257	71.922
Outros impostos	10.935	10.103
Total de obrigações tributárias	<u>707.318</u>	<u>710.329</u>
Circulante	603.513	553.928
Não circulante	103.805	156.401

- a) Em fevereiro de 2024, a Companhia, aderiu ao programa de autorregularização incentivada de tributos, conforme previsto na lei nº 14.470 de 29 de novembro de 2023 e regulamentada pela instrução normativa nº 2.168 de 29 de dezembro de 2023 da Receita Federal do Brasil (RFB), realizando o parcelamento de débitos de IPI, PIS e COFINS que atualizados somavam o montante de R\$ 242.450, os quais tiveram a redução de multas e juros no montante R\$ 74.148, e de acordo com a instrução normativa, foi pago o montante de R\$ 84.151 referente a entrada do parcelamento, que representava 50% dos débitos tributários que totalizaram o montante de R\$ 168.302, sendo os outros 50% dos débitos tributários parcelados em 48 parcelas. Em abril de 2024 a RFB realizou a consolidação da autorregularização. As parcelas estão sendo pagas mensalmente conforme o cronograma de pagamentos, sendo que exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram pagos R\$ 16.665.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diferenças ativas		
Provisões	72.309	66.727
Arrendamento mercantil	140.807	121.564
Diferenças passivas		
Ajuste a valor presente	(11.278)	(13.554)
Depreciação societária	(36.469)	(29.194)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	<u>165.369</u>	<u>145.543</u>
Total ativo	165.369	145.543

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	1.792.416	1.720.723
Alíquotas vigentes dos tributos	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(609.421)	(585.046)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Doações e outras despesas indedutíveis	(6.768)	(15.441)
Juros sobre capital próprio	28.666	26.429
Incentivos fiscais	33.015	30.424
IRPJ e CSLL sobre atualização Selic	30.865	-
Parcelamento autuação	9.740	49.236
Créditos extemporâneos de IR e CS	153.979	-
Provisão de contingências	53.543	33.361
Outros	24	1.798
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(306.357)</u>	<u>(459.239)</u>
Taxa efetiva do IRPJ e CSLL	17,09%	26,69%
IRPJ e CSLL correntes	(326.182)	(399.681)
IRPJ e CSLL diferidos	19.825	(59.558)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía 205 contratos ativos. Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo anualmente. A Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável. A Companhia utiliza os valores fixos ou mínimos estabelecidos nos contratos e o prazo estipulado. A seguir demonstramos as variações no direito de uso de arrendamentos e passivo de arrendamentos:

a) Direito de uso de arrendamentos

A movimentação do direito de uso de arrendamentos da Companhia está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Equipamentos de informática	Loações de imóveis	Loações geradoras	Veiculos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	138.649	83	2.084.911	-	-	2.223.643
(+) Novos contratos	-	-	60.890	56.517	1.051	118.458
(+/-) Remensuração	-	-	70.443	-	-	70.443
(-) Amortização	(30.606)	(83)	(211.773)	(1.270)	(30)	(243.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	108.043	-	2.004.471	55.247	1.021	2.168.782
(+) Novos contratos	-	-	92.142	8.911	892	101.945
(+/-) Remensuração	-	-	346.736	-	-	346.736
(-) Amortização	(26.867)	-	(223.921)	(5.520)	(385)	(256.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	81.176	-	2.219.428	58.638	1.528	2.360.770

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos--Continuação

A composição está demonstrada abaixo:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido em 31/12/2025</u>	<u>Líquido em 31/12/2024</u>
Aeronaves	318.145	(236.969)	81.176	108.043
Equipamentos de informática	11.248	(11.248)	-	-
Locações de imóveis	3.490.382	(1.270.954)	2.219.428	2.004.471
Locações geradoras	65.428	(6.790)	58.638	55.247
Veículos	1.942	(414)	1.528	1.021
	<u>3.887.145</u>	<u>(1.526.375)</u>	<u>2.360.770</u>	<u>2.168.782</u>

b) Passivo de arrendamentos

Os saldos de passivo de arrendamentos estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aeronaves	68.739	105.457
Locações de imóveis	2.702.826	2.424.268
Locações geradoras	61.965	55.887
Veículos	1.813	1.036
Arrendamentos a pagar com terceiros	<u>2.835.343</u>	<u>2.586.648</u>
Circulante	223.623	223.048
Não circulante	2.611.720	2.363.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos--Continuação

No saldo de locações de imóveis está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas como passivo de arrendamento (Vide nota explicativa 10). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 este saldo representava R\$ 1.673.670 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.369.072). A movimentação de passivo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Locações de imóveis	Locações geradoras	Veiculos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	140.835	2.437.063	-	-	2.577.898
(+) Novos contratos	-	60.890	56.517	1.051	118.458
(+/-) Remensuração	-	70.443	-	-	70.443
(+) Encargos	14.885	246.279	1.661	3	262.828
(-) Contraprestação (principal e juros)	(50.263)	(390.407)	(2.291)	(18)	(442.979)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.457	2.424.268	55.887	1.036	2.586.648
(+) Novos contratos	-	92.142	8.911	892	101.945
(+/-) Remensuração	-	346.736	-	-	346.736
(+) Encargos	13.293	256.734	8.187	319	278.533
(-) Contraprestação (principal e juros)	(50.011)	(417.054)	(11.020)	(434)	(478.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	68.739	2.702.826	61.965	1.813	2.835.343
Circulante	57.314	162.614	3.324	371	223.623
Não circulante	11.425	2.540.212	58.641	1.442	2.611.720

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos--Continuação

b) Passivo de arrendamentos--Continuação

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Ano	<u>31/12/2025</u>
2027	170.815
2028	159.840
2029	176.245
A partir de 2030	2.104.820
	<u>2.611.720</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 1 a 30 anos de duração, podendo ou não serem renovados desde que ambas as partes tenham comum acordo e aviso prévio de 90 a 180 dias. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado nominal de acordo com o prazo de cada contrato.

A taxa média ponderada de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para locações de imóveis é de 11,34% a.a. (10,77% a.a. em 31 de dezembro de 2024), para aeronaves arrendadas pela Companhia possuem arrendamento fixado ao CDI.

16. Outros passivos

O saldo de outros passivos está assim composto:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Proteção financeira a pagar	30.192	27.418
Antecipação bônus (a)	281.195	-
Crédito de ICMS adquirido a pagar	33.279	27.724
Outras exigibilidades	57.253	39.351
	<u>401.919</u>	<u>94.493</u>
Circulante	176.245	94.493
Não circulante	225.674	-

- (a) Em janeiro de 2025 a Companhia celebrou um aditivo do acordo operacional para distribuição de seguros com a Zurich Seguros e recebeu o montante de R\$ 301.600, de forma antecipada, referente ao bônus de exclusividade de venda de serviços de proteção financeira, multiseuro e garantia estendida, para os clientes do Cartão Havan, o acordo prevê bônus de metas a serem alcançadas. O bônus recebido é para o período de 5 anos, prorrogáveis em até 3 anos, a Companhia reconhece a receita de acordo com os prazos e metas previstas em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, cíveis e tributárias, tanto na esfera administrativa como judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões pode ser sumariada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Ações tributárias (b)	355.563	-	(60.540)	295.023
Ações cíveis (a)	1.206	-	(10)	1.196
Ações trabalhistas (c)	8.566	-	(761)	7.805
Total	<u>365.335</u>	-	<u>(61.311)</u>	<u>304.024</u>
Depósitos judiciais	12.343	3.150	-	15.493

(a) A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Essa provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável.

(b) Os principais temas tributários da Companhia envolvem discussões sobre: (i) Recolhimento simplificado para o ICMS diferencial de alíquota e substituição tributária; (ii) PIS e COFINS originados na Zona Franca de Manaus; (iii) créditos de PIS e COFINS glosados pela Receita Federal do Brasil; (iv) despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL; e adicionalmente foram constituídas provisões para temas controversos de diversas naturezas. A Companhia possui uma opinião legal de seus assessores jurídicos para todas as temas em discussões, além de acompanhar a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

(c) Corresponde à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões ocorridas no curso normal de seus negócios. Essa provisão corresponde aos processos de risco provável de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos que acompanham as referidas causas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Processos com de perda possíveis

Os processos cujas perdas são consideradas como “possível”, pelos assessores jurídicos totalizam em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos de natureza tributária (a)	1.179.062	1.213.774
Processos de natureza trabalhista (b)	75.635	89.291
Processos de natureza cível e outros (c)	60.921	31.670
	<u>1.315.618</u>	<u>1.334.735</u>

- (a) Referem-se a discussões de tributos federais (PIS, COFINS, IPI importação, IRPJ e CSLL) e tributos estaduais (ICMS). Os principais assuntos em discussão tratam: (i) de despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL, (ii) Créditos de PIS e COFINS glosados ou sujeitos à questionamentos pela Receita Federal do Brasil devido ao grau de subjetividade. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.
- (b) Processos de natureza trabalhista: pleitos de ex-colaboradores solicitando o complemento de verbas trabalhistas.
- (c) Processos de natureza cível e outros: referem-se a demandas de questões de ofertas de preço, perda de garantias, garantias estendidas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por um total de 700.000.000 de ações ordinárias (700.000.000 ações em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possuía capital social autorizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e 31 de dezembro de 2024.

b) Dividendos e destinação de lucros

Em consonância com o estatuto social a distribuição do lucro mínimo obrigatório é de 5%, após constituída a reserva legal. O Conselho de Administração aprovou aos dividendos distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, deliberou uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.429.252, também foram aprovados a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 84.312, totalizando uma distribuição R\$ 1.513.564 reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A seguir demonstramos o total de dividendos pagos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	<u>31/12/2025</u>
Dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024	
Dividendos distribuídos e pagos em 2025	<u>1.495.256</u>
Total de dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024	<u>1.495.256</u>

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não constituiu reservas, pois, atingiu o limite de 20% do capital social da Companhia, resultado numa reserva legal no montante de R\$ 140.000 (R\$ 49.977 montante constituído em 31 de dezembro de 2024).

d) Reserva de incentivos fiscais

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de subvenções governamentais referente inventivo de ICMS dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro p atribuível aos acionistas da Companhia, pela divisão do lucro pela quantidade média ponderada de ações em cada exercício:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	1.486.059	1.261.484
Quantidade de ações (lote de mil)	700.000	700.000
Lucro por ação – básico e diluído em reais	<u>2,12</u>	<u>1,80</u>

19. Instrumentos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores, passivo de arrendamentos imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada no encerramento das demonstrações financeiras, e, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

	<u>Nível</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	59.164	59.164
Aplicações financeira	1	-	1.067.154	1.067.154
Contas a receber de clientes	2	1.919.959	-	1.919.959
Contas a receber de partes relacionadas	2	46.706	-	46.706
Passivos Financeiros				
Fornecedores	2	(3.206.505)	-	(3.206.505)
Debêntures	2	(546.192)	-	(546.192)
Passivo de arrendamentos	2	(2.835.343)	-	(2.835.343)
Contas a pagar a partes relacionadas	2	(152.636)	-	(152.636)
Outros passivos	2	(401.919)	-	(401.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>(5.175.930)</u>	<u>1.126.318</u>	<u>(4.049.612)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de taxa de câmbio, risco de gerenciamento de capital, risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. O risco de crédito do cliente é administrado pela Diretoria, estando sujeito aos procedimentos, controles e política por ela estabelecida em relação a esse risco. Os limites bem como a qualidade de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada com base no histórico de perda incorrida da carteira. O cálculo é baseado em perdas históricas efetivas e no saldo em aberto acima de 180 dias. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia monitora e busca campanhas para quitação de dívidas junto a seus clientes, para evitar aumento de perdas de seus recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia na data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>
Fornecedores	3.206.505	-	-
Debêntures	1.006	545.186	-
Passivo de arrendamentos	223.623	170.815	2.440.905
	<u>3.431.134</u>	<u>716.001</u>	<u>2.440.905</u>

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos quotistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A dívida bruta e dívida líquida em relação ao capital em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures (circulante)	1.006	324.363
Debêntures (não circulante)	545.186	545.186
Dívida bruta	546.192	869.549
(-) Caixa e equivalentes de caixa	59.164	371.209
(-) Aplicações financeiras	1.067.154	1.108.306
Dívida líquida	(580.126)	(609.966)
Total do patrimônio líquido	926.051	953.556
Dívida líquida e patrimônio líquido	345.925	343.590
Quociente de alavancagem	-168%	-178%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros. A seguir demonstramos os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Indexador	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível (+25%)		Cenário remoto (+50%)	
			Taxa	Efeito no	Taxa	Efeito no	Taxa	Efeito no
			média a.a.	resultado	média a.a.	resultado	média a.a.	resultado
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	14,32%	1.067.154	14,32%	152.816	17,90%	191.021	21,48%	229.225
Empréstimos								
Debêntures	15,82%	546.192	15,82%	(86.408)	19,78%	(108.037)	23,73%	(129.611)
Efeito no resultado				66.408		82.984		99.614

	Indexador	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível (-25%)		Cenário remoto (-50%)	
			Taxa	Efeito no	Taxa	Efeito no	Taxa	Efeito no
			média a.a.	resultado	média a.a.	resultado	média a.a.	resultado
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	14,32%	1.067.154	14,32%	152.816	10,74%	114.612	7,16%	76.408
Empréstimos								
Debêntures	15,82%	546.192	15,82%	(86.408)	11,87%	(64.833)	7,91%	(43.204)
Efeito no resultado				66.408		49.779		33.204

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta		
Revenda de mercadorias	18.118.969	15.562.362
Prestação de serviços e outros	221.341	232.994
Total de receitas	<u>18.340.310</u>	<u>15.795.356</u>
Deduções da receita		
Impostos federais	(1.421.024)	(1.238.457)
Impostos estaduais	(2.532.561)	(2.137.240)
Devoluções, cancelamentos e outros	(421.321)	(361.098)
Ajuste a valor presente	(227.876)	(210.389)
Perdas esperadas de créditos	(44.304)	(150.310)
Total de deduções das receitas	<u>(4.647.086)</u>	<u>(4.097.494)</u>
Receita operacional líquida	<u>13.693.224</u>	<u>11.697.862</u>

21. Gastos por natureza

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos por função		
Custo de mercadorias vendidas	(8.259.786)	(6.845.022)
Despesas gerais e administrativas	(269.118)	(315.868)
Despesas com vendas	(2.570.791)	(2.123.707)
	<u>(11.099.695)</u>	<u>(9.284.597)</u>
Gastos por natureza		
Custo de mercadorias vendidas	(7.884.716)	(6.475.492)
Despesas com pessoal	(1.455.561)	(1.264.073)
Depreciação	(126.600)	(123.407)
Amortização	(12.451)	(3.682)
Amortização de direito de uso	(256.693)	(243.762)
Fretes	(287.210)	(295.450)
Aluguéis	(43.885)	(11.154)
Serviços de terceiros	(120.337)	(112.498)
Operação de lojas	(269.352)	(201.646)
Comissões de cartão de crédito	(143.110)	(125.102)
Propaganda e publicidade	(379.895)	(309.051)
Energia elétrica	(94.725)	(112.072)
Provisões de contingências	-	(46.442)
Estorno de contingências	7.768	242.250
Programa de autorregularização	-	(168.302)
Taxas e tarifas	(32.928)	(34.714)
	<u>(11.099.695)</u>	<u>(9.284.597)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos	151.826	190.561
Rendimento aplicações financeiras	207.594	211.078
Descontos recebidos	6.199	1.641
Ajuste a valor presente	186.428	226.049
Redução multa e juros parcelamento	28.647	172.945
Atualização de créditos extemporâneos (b)	90.780	1
Outras receitas financeiras	1.256	677
	<u>672.730</u>	<u>802.952</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(108.211)	(135.212)
Descontos concedidos	(80.764)	(59.385)
Despesas bancárias	(3.048)	(3.408)
Multa e juros sobre parcelamentos	(25.842)	(116.914)
Antecipação de recebíveis (a)	(789.596)	(753.978)
Ajuste a valor presente	(193.296)	(172.355)
Juros sobre arrendamentos a pagar	(278.533)	(262.828)
Outras despesas financeiras	(228)	(75)
	<u>(1.479.518)</u>	<u>(1.504.155)</u>
Varição cambial		
Varição cambial líquida	(5.072)	11.819
	<u>(5.072)</u>	<u>11.819</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(811.860)</u>	<u>(689.384)</u>

(a) As despesas financeiras com antecipação de recebíveis foram descontadas exclusivamente com o Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (partes relacionadas).

(b) O montante de R\$ 69.457 de ganhos de atualização de créditos extemporâneos está descrito na nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas		
Receita deságio impostos	25.021	12.190
Outras receitas operacionais	4.938	2.507
Despesas		
Outras despesas operacionais	(19.212)	(17.855)
	<u>10.747</u>	<u>(3.158)</u>

24. Transações que não afetaram o caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remensurações de arrendamentos	346.736	70.443
Novos contratos de arrendamentos	101.945	118.458
Dividendos destacados e não liquidados	18.308	-

25. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e lucros cessantes.

Risco	Data de vigência		Cobertura máxima de indenização
	De	Até	
Seguro patrimonial	Dez/25	Dez/26	R\$ 1.000.000 (Barra Velha - Centro de Distribuição + lojas)